

Liberalismo e educação

Vicente Barretto

LIVROS sobre educação é o que não falta neste país. Mesmo na mais modesta livraria o leitor encontrará uma pequena biblioteca dedicada ao assunto, com ênfase nas mazelas da educação brasileira, mas quase sempre abordadas do ângulo desta ou daquela particularidade. O livro que o ministro Marco Maciel acaba de publicar ocupará um pouco do espaço deixado vazio nessa prateleira. Embora trate de quase todos os aspectos maiores da nossa educação, ele o faz pondo de lado o varejo e dedicando-se com exclusividade à apresentação e reiteração dos princípios.

Educação e liberalismo é exatamente o que o título promete. E confuso, dadas as contingências da política nacional, esse título pode ser enganoso. "Liberalismo" é um termo cuja apreciação, para muitos, ainda se vincula a um desempenho de partidos e políticos, mais do passado do que do presente, mas em ambos os casos nem sempre satisfatório do ponto de vista das expectativas nacionais. O autor poderia evitar julgamentos e atrair mais leitores para o seu livro mediante o simples expediente de acrescentar ao título um qualificativo de "liberalismo". Mas ele preferiu correr o risco, tanto por não gostar de adjetivos quanto por temer que o seu neoliberalismo seja confundido com o de um grupo de pensadores e políticos europeus e americanos que, usando o mesmo rótulo, batem-se pela volta pura e simples ao *laissez faire*.

A informal corrente de idéias que hoje orienta a ação de alguns partidos liberais europeus e que corresponde, no essencial, à visão de Marco Maciel, é aquela que alguns, gostando ou não do adjetivo, denominam de "liberalismo social". A proposta desse novo liberalismo é a de conferir à igualdade peso semelhante àquele que, historicamente, foi dado à liberdade. A premissa é a de que, nas condições específicas deste final de século, as liberdades cívicas estarão cada vez mais ameaçadas se não forem respeitadas pela justiça social. Se quer preser-

var as suas seculares conquistas, o liberalismo tem de empunhar — e não por simples razões táticas — as duas bandeiras ao mesmo tempo.

O dilema vale também para a educação, como, substantivamente, mostra Marco Maciel a cada passo de seu livro. Nele, a expressão mais frequente é "justiça social"; e a consigna mais repetida é "acabar (ou reduzir a um nível aceitável) as desigualdades" existentes na sociedade brasileira. O autor bate nessa tecla obsessivamente, dezenas de vezes, como se quisesse estampá-la na consciência do leitor. No caso da educação brasileira, fechar essa ferida afigura-se-lhe uma necessidade tão premente, tão angustiante, a ponto de deixar de ser um objetivo secundário para adquirir quase a dimensão de um princípio. Por trás de cada parágrafo está a advertência: ou se reduz o fosso da injustiça social ou a educação deixará de preencher a sua função histórica.

Como político liberal, o autor afirma e reafirma que "a educação é o mais eficaz instrumento para o resgate da cidadania", que é "o caminho por onde chega a consciência dos direitos e deveres das pessoas". Contudo, sem deixar de ser realista nem de identificar-se com os objetivos não estritamente políticos da educação moderna, ele se separa nitidamente de um certo pragmatismo, negando que o homem tenha de ser educado apenas para sobreviver. Até mesmo porque os que não têm acesso à educação "também sobrevivem", e aí estão milhões de paupérrimos brasileiros para não deixá-lo mentir. Mas aí também estão eles a mostrar, no seu doloroso desprivilegio, que por falta de domínio dos "instrumentos indispensáveis à sua realização pessoal", acham-se condenados à marginalidade.

Marco Maciel descarta a ilusória esperança (tão corrente no Brasil da chamada *era do milagre*) de que a educação, por si só, seja capaz de abrir caminho até o reino das "oportunidades para todos". Quando as diferenças sociais são tão gritantes quanto as do Brasil atual, inver-

tem-se os termos da questão: elas é que se tornam impeditivo maior à universalidade da educação. O cumprimento do preceito constitucional que manda garantir a educação de todos, depende de uma política social capaz de pôr um fim às desigualdades e à miséria absoluta.

Nas duras condições da sociedade brasileira, a supressão desses desequilíbrios passa necessariamente pela intervenção do Estado, embora fosse mais agradável que se pudesse dispensá-la. Mas para que um dia, também aqui, a cidadania possa afirmar-se por si mesma, é indispensável que no presente o Estado intervenha de modo decidido, a fim de criar as condições para que a educação se faça em plenitude. Se não acabarmos primeiro com a miséria, nunca acabaremos com o analfabetismo, nunca baixaremos os índices alarmantes de evasão escolar, jamais chegaremos ao ponto de fazer com que a escola deixe de ser a reprodutora dos privilégios que há séculos beneficiam as classes mais elevadas.

No cerne da proposta do liberalismo — lembra o autor — está também a liberdade para educar. Em termos presentes, isto significa que continua válido o princípio segundo o qual não há uma solução para o problema educacional a ser imposta como a única possível. Educação é dever de todos, da família, da escola particular, da escola pública, das instituições da sociedade civil. Mas a visão liberal, acrescida do seu moderno componente social, manda acrescentar que, face a uma realidade cruel como a nossa, não se pode simplesmente esperar — por quanto tempo? — que as coisas se acomodem por si mesmas. Se o quadro social não favorece a educação, se o desenvolvimento econômico não basta para levar às aspirações educacionais da nação, então, sem vacilações, mudé-se o quadro social. Este é um princípio a ser levado em conta pelos constituintes. Legislar sobre esse princípio é um trabalho para governantes lúcidos. Levá-los à prática, tarefa para uma geração corajosa.